

Iniciativa Imagine Brasil

Síntese do Diálogo sobre Defesa e Segurança Pública

A iniciativa **Imagine Brasil** tem como objetivo mobilizar lideranças de diferentes segmentos da sociedade, visando contribuir para o Brasil encontrar caminhos para o seu desenvolvimento. Esta etapa do projeto prevê a realização de reflexões e diálogos com especialistas sobre as aspirações e as expectativas em suas áreas de atuação para a década, num cenário que contemple uma visão do contexto atual e suas perspectivas até 2030.

Após o evento de lançamento do projeto, realizado em agosto, já foram realizados dois Diálogos. O primeiro, sobre Educação, ocorreu em 27 de setembro. O segundo, realizado em 7 de outubro de 2021, contou com a presença de 11 convidados e membros da equipe da FDC.

Participaram os seguintes especialistas: Antonio Carlos Moretti Bermudez, Carlos Bolivar Goellner, Carlos Eduardo de Azevedo, Edson Leal Pujol, Fernando Azevedo e Silva, Flávio Augusto Corrêa Basílio, Ilques Barbosa, Mariana Nascimento Plum, Peterson F. Silva, Raul Jungmann, Sergio Westphalen Etchegoyen (minibios em outro arquivo).

Os participantes foram convidados a refletir a partir de dois questionamentos:

- Quais são as suas expectativas para o setor de Defesa e Segurança Pública no Brasil até 2030?
- Quais são as suas aspirações para o setor de Defesa e Segurança Pública no Brasil em 2030?

A seguir, as principais contribuições dos especialistas, que fizeram, inicialmente, discussões em dois grupos separados e, na sequência, realizaram uma reflexão final em plenária.

.....

. Em destaque

- No geral, as expectativas dos participantes em relação ao futuro não foram muito positivas;
- Avalia-se que avanços devem ocorrer no mesmo ritmo que acontecem no presente e que ficarão aquém das necessidades de defesa e segurança do país;
- Acredita-se que serão mantidos os baixos orçamentos para o setor e a consequente falta de capacidade de investimentos;
- Os reflexos dessa política serão sentidos nas áreas operacionais, nos projetos estratégicos e na indústria de defesa;

- Na segurança pública, poderá ocorrer aumento na violência e na criminalidade até 2030;
 - As Forças Armadas não podem abrir mão da credibilidade conquistada desde 1985 no país;
 - As aspirações do setor ficam comprometidas diante do baixo envolvimento do poder político e da sociedade com os temas ligados à defesa e à segurança;
 - As Forças Armadas precisam continuar a defender a soberania nacional, em consonância com os preceitos da Constituição. E precisamos ser flexíveis nessa conceituação de soberania, incluindo temas ligados à biodiversidade, às questões climáticas e à estrutura de inteligência do governo;
 - É preciso reforçar os sistemas internacionais de segurança, que estão colocando em risco a estabilidade mundial;
 - O Brasil precisa assumir sua condição de grande potência alimentar e ambiental para garantir sua soberania;
 - O Congresso Nacional deveria priorizar a análise dos documentos de Defesa periodicamente encaminhados à Casa, incluindo os Livros Brancos;
 - A capacidade operacional dos equipamentos das Forças Armadas, que está hoje em torno de 25%, deveria chegar aos 70%.
-

Contexto histórico e expectativas

- Para a Aeronáutica, a questão orçamentária tem sido o maior óbice para que se possa cumprir a missão de manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da Pátria. Acredita-se que a Força Aérea Brasileira (FAB) precisa ser, de fato, “uma força de grande capacidade dissuasória, operacionalmente moderna e atuando de forma integrada para a defesa dos interesses nacionais”. Para isso, a questão orçamentária é crítica e decisiva, levando-se em conta os princípios da Política Nacional de Defesa (PND).
- É necessário que se busque a excelência no preparo das equipes de combate, mantendo-as treinadas e prontas para o emprego do Poder

Aeroespacial em atendimento às necessidades demandadas pelo Planejamento Baseado em Capacidades.

- Para tanto, espera-se que, até 2030, a Força Aérea possa ter conseguido o tão esperado remanejamento e a complementação de recursos orçamentários para a consolidação de seus Projetos Estratégicos.
- Os participantes acreditam que o atual cenário será marcado pela manutenção dos baixos orçamentos para o setor e pela conseqüente falta de capacidade de investimentos, com reflexos não só nas áreas operacionais, mas também nos projetos estratégicos e na própria indústria de defesa. Em apenas nove anos, são poucas as possibilidades de mudar esse quadro ou de elevar a capacidade operacional das Forças Armadas.
- A idade média de muitos dos equipamentos das unidades chega a 50 anos. Há uma grande defasagem tecnológica em curso, levando-se em conta que a arte da guerra evolui muito rapidamente – e na mesma velocidade da tecnologia das ciências. E a idade do material e dos equipamentos continua aumentando. A defesa da fronteira é feita com equipamentos lançados há meio século.
- Na área de segurança pública, não há expectativas, por parte das Forças Armadas, de mudança de cenário até 2030. Pode ocorrer, inclusive, uma redução na capacidade de combater a violência e a criminalidade, em especial em relação aos crimes transnacionais e aos que assolam os grandes centros urbanos do país, marcados pela violência e pelo tráfico de drogas.
- Vale destacar, na questão orçamentária, que cerca de 90% da dotação refere-se a despesas obrigatórias, restando apenas 10% para as despesas discricionárias, que dão dinamismo às novas iniciativas. Seria preciso transformar parte dessas despesas em investimentos e em recursos destinados à inteligência.
- Em termos de recursos humanos, houve avanços em 2019, como a aprovação do Projeto de Lei 1645, que reestruturou e reorganizou a carreira militar.
- Pesquisas de opinião indicam que as Forças Armadas ocupam, desde 1985, posição de destaque junto à opinião pública. Não se pode abrir mão dessa conquista, que simboliza nossa credibilidade junto ao país.
- O país tem as condições de atuar como ponta de lança e com sinergia nas áreas de segurança pública, defesa e inteligência, como já ficou

comprovado em diversas operações, tais como Verde Brasil, Acolhido, Covid, Ágata, Sentinela, entre outras.

Aspirações

- Em geral, as aspirações dos participantes foram acompanhadas de registros sobre o baixo envolvimento do poder político e da sociedade com as questões de defesa e segurança.
- Entre elas, destaca-se o desejo de maior integração de lideranças e segmentos sociais em busca de um maior diálogo em torno dos temas centrais elencados pelos especialistas convidados.
- O fato de o país não viver um histórico de guerras ou a iminência de riscos de conflitos contribui também para a falta de aspirações mais contundentes da área de defesa. Por outro lado, a dimensão territorial do Brasil e a dinâmica de sua economia deveriam levar o país a aspirar a uma posição mais elevada no contexto geopolítico global.
- Espera-se que os orçamentos futuros atendam às necessidades, compatibilizando a adequação dos recursos à envergadura do Brasil no cenário mundial, assegurando a capacidade de defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas.
- Os participantes destacam que os Projetos Estratégicos da Força Aérea, em particular, devem ser focados em infraestrutura e tecnologia aeroespacial, gestão estratégica, pessoas e infraestrutura de suporte.
- Há uma forte aspiração na Força Aérea no sentido de garantir, por exemplo, junto ao Ministério de Ciência e Tecnologia, recursos para satélites, investimentos e comunicação, vigilância e inteligência, entre outras demandas.
- É preciso, sempre, fazer com que as Forças Armadas defendam a soberania nacional, em consonância com os preceitos da Constituição Nacional. Entende-se que esse conceito de soberania deve ser analisado de uma maneira flexível e em sintonia com os demais valores da República.
- Nesse sentido, é preciso repensar o conceito de soberania, que tem sido utilizado de forma muito descuidada. Precisamos, inclusive, ser flexíveis e incluir na conceituação questões relacionadas à biodiversidade,

englobando as mudanças climáticas, e ao combate à pirataria na Amazônia. E prever, ainda, temas ligados à estratégia nacional de defesa e à estrutura de inteligência do governo.

- Paralelamente, é necessário valorizar ao máximo as atividades de inteligência como forma de ação legítima e legal em defesa dos interesses de estado.
- Do ponto de vista interno, acredita-se que o país vai se manter no rumo da democracia, sem se alterar com eventuais conjecturas em sentido contrário, sempre buscando o aperfeiçoamento das relações sociais e o combate a gaps econômicos entre os segmentos da sociedade.
- Do ponto de vista externo, é preciso reforçar a defesa dos sistemas de segurança de que o mundo tanto precisa; sistemas esses que vêm passando por enormes transformações, colocando em risco a estabilidade internacional.
- Nessa perspectiva, o Brasil precisa assumir sua condição de grande potência alimentar e ambiental, o que assegura um patrimônio essencial para que o país possa interagir com o mundo e garantir a soberania nacional.
- Nesse sentido, não será desejo do Ministério da Defesa, ou de qualquer uma das Forças, deixar de atender aos anseios do país; a intenção é caminhar em sintonia com as percepções da sociedade e com o compromisso com as próximas gerações. Nossos projetos e dotações orçamentárias precisam estar focados nesses valores.
- Do ponto de vista institucional, acredita-se que é de importância fundamental a apreciação, por parte do Congresso Nacional, dos documentos de Defesa que foram encaminhados à Casa no ano passado. É preciso dar maior celeridade a essa apreciação. Os documentos de 2016, por exemplo, demoraram dois anos para serem analisados e não foram aprovados ainda. As Forças estão atuando com base nas estratégias políticas de 2012, ainda vigentes, e aguardando apreciação dos documentos de 2020 por parte do Congresso Nacional.
- O maior envolvimento das Forças Armadas nos desafios nacionais depende do debate dos conteúdos desses documentos com a sociedade. A elaboração do chamado Livro Branco de Defesa Nacional, por exemplo, é fundamental nesse contexto. Essa é a forma de discutir com a sociedade e saber o que ela pensa e pelo que anseia em termos de defesa e atuação internacional do país.

- Isso aconteceu com o Livro Branco de 2012, mas não voltou a ocorrer nas versões de 2016 e de 2020. E não há indícios de que esse processo de consulta esteja sendo realizado em função dos documentos que serão apresentados no Livro Branco em 2024.
- O atual acirramento político e a polarização da sociedade resultam em dificuldades para a realização desse debate crítico. A elaboração do Livro Branco poderia ser uma oportunidade de repactuação das relações entre civil e militares, com base nas contribuições dos mais diversos segmentos da sociedade.
- Nesse contexto, é preciso avançar nos debates sobre a consolidação de uma carreira civil de defesa para que esses profissionais possam atuar no longo prazo. Atualmente, eles passam, em média, apenas dois anos nos cargos, o que não permite estabelecer uma continuidade de atuação e compromete a qualidade dos serviços prestados. Essa carreira iria, inclusive, elevar a representatividade das mulheres no Ministério da Defesa. Atualmente, dos 57 cargos de chefia da instituição, apenas dois são ocupados por mulheres.
- É preciso, ainda, buscar maior interseção e um maior diálogo entre o poder político e a defesa nacional, o que deveria implicar ampla participação da sociedade nos rumos dessas ações.
- Em outras palavras, urge fortalecer o Estado brasileiro – e não exatamente o governo brasileiro, numa perspectiva de valorização da sociedade brasileira.
- Em todos os países em que isso ocorre, há um fator essencial que é uma inteligência forte, atuando com Forças Armadas fortes e em sintonia com a economia, a política e a diplomacia.
- Uma das grandes aspirações do grupo seria exatamente a reversão dos cenários apontados pelos participantes em relação às expectativas. Como já assinalado, isso só ocorreria em um contexto de maior disponibilidade orçamentária e de desenvolvimento de projetos estratégicos. De nada adianta, por exemplo, garantir um orçamento robusto para um ano e vê-lo cortado pela metade no exercício seguinte. Não há como assumir previsões de investimentos que não serão cumpridas ou realizar planejamentos de médio e longo prazos diante dessa realidade.
- Os investimentos em segurança pública dependem do fortalecimento dos órgãos de segurança e da despolitização em que se encontram. Muitas vezes, as Forças Armadas são chamadas para suprir lacunas eventualmente abertas pela incapacidade dos órgãos de segurança, em

situações extraordinárias, como em caso de greves. Contudo, faltam recursos para que isso ocorra de forma satisfatória.

- No contexto internacional, existem movimentos decididos a impedir o fortalecimento de operações de lideranças mundiais e de blocos, especialmente no hemisfério ocidental. Por isso, a necessidade de fortalecimento de movimentos diplomáticos e de maior envolvimento civil e militar.
- O Ministério da Defesa fez um trabalho muito bom junto às Forças Armadas e conseguiu mensurar a capacidade operacional delas, levando em conta todos os vetores, como munição, armamento, vida útil dos equipamentos e as necessidades tecnológicas. E chegaram à conclusão de que essa capacidade operacional está em torno de 25% – ou seja, um índice muito baixo para um país com as necessidades estratégicas do Brasil.
- A proposta do Ministério, independentemente do governo da vez, é elevar esse índice para, no mínimo, 70%. Mas se espera que ele possa ir subindo paulatinamente até 2030, passando, por exemplo, para 30% no futuro próximo.
- Há uma expectativa de que cresça nas Forças Armadas a presença de civis especializados em temas de segurança e defesa no país.
- Espera-se ainda que o país aproveite toda a preocupação da comunidade internacional com as mudanças climáticas e estabeleça, até 2030, uma agenda na área, tornando-se uma potência global e efetiva nesse contexto. Afinal, o Brasil tem todas as condições para ser uma potência ambiental em termos de defesa da biodiversidade e da floresta amazônica.
- Essa iniciativa da Fundação Dom Cabral fortalece muito as perspectivas de uma ação conjunta da sociedade em prol da busca de soluções para todo esse contexto e em sintonia com as Forças Armadas.